

CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL: Formação do Território e Inserção Internacional

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12546>

Recebido em: 21/7/2021

Aceito em: 26/11/2021

Ivo Marcos Theis¹, Luciana Butzke,² Nelson Afonso Garcia Santos³

RESUMO

O tema deste artigo é o desenvolvimento regional no Brasil. Quais variáveis podem explicar as diversas regionalizações que ocorreram no Brasil? Há nexos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil? O que explica a natureza da inserção do Brasil no sistema-mundo? Para responder a essas questões perseguiram-se os seguintes objetivos: proceder a uma releitura da formação territorial do Brasil, apoiada em intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro, com vistas à identificação das variáveis que podem explicar as suas regionalizações; buscar nexos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil; e reunir evidências que permitam explicar a inserção internacional do Brasil. Quanto ao método, a pesquisa que deu origem ao artigo valeu-se do método dialético de abordagem e dos métodos comparativo, estatístico e histórico de procedimento; os dados foram obtidos a partir de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e levantamento estatístico. Os resultados mostram que a configuração regional do Brasil, marcada por desigualdades, pode ser explicada por sua inserção passiva no sistema-mundo.

Palavras-chave: Brasil; desenvolvimento desigual; desenvolvimento regional; formação territorial; inserção internacional; pensamento social brasileiro.

CONTRADICTIONS OF REGIONAL DEVELOPMENT IN BRAZIL: TERRITORIAL FORMATION AND INTERNATIONAL INSERTION

ABSTRACT

The theme of this article is regional development in Brazil. What variables can explain the different regionalizations that have occurred in Brazil? Are there links between regional configuration, the accumulation of inequalities and the occurrence of social conflicts throughout the territorial formation of Brazil? What explains the nature of Brazil's insertion into the world-system? To answer these questions, the following objectives were pursued: proceed to a re-reading of the territorial formation of Brazil, supported by selected interpreters of Brazilian social thought, in order to identify the variables that can explain its regionalizations; seek links between regional configuration, the accumulation of inequalities and the occurrence of social conflicts throughout the territorial formation of Brazil; gather evidence to explain Brazil's international insertion. As to the method, the research that gave rise to the article made use of the dialectical method of approach and the comparative, statistical and historical methods of procedure; the data were obtained from documentary research, bibliographical research and statistical survey. The results indicate that the regional configuration of Brazil, marked by inequalities, can be explained by its passive insertion in the world-system.

Keywords: Brazil; brazilian social thought; international insertion; regional development; territorial formation; uneven development.

¹ Autor correspondente: bolsista produtividade CNPq. Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional de Blumenau. Itoupava Seca. CEP 89030903 – Caixa-postal: 1507. Blumenau/SC, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2063932952182790>. <https://orcid.org/0000-0003-0128-2188>. theis@furb.br

² Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau/SC, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/9588839061080883>. <https://orcid.org/0000-0001-9037-402X>

³ Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau/SC, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3412133682937066>. <https://orcid.org/0000-0002-3232-9017>

INTRODUÇÃO

Em termos amplos, o assunto a que se refere este artigo é desenvolvimento regional no Brasil. Afortunadamente, tem havido um esforço considerável que vem resultando em um crescimento, em quantidade e qualidade, dos estudos sobre o tema (ALLEBRANDT *et al.*, 2018; ARAÚJO, 2007; CORRÊA; SILVEIRA; KIST, 2019; ETGES; DEGRANDI, 2013; FERRERA DE LIMA, 2019; MACEDO; COELHO, 2015; MONTEIRO NETO; BRANDÃO; CASTRO, 2017; RANDOLPH, 2015; RANDOLPH, 2018; RODRIGUES, 2018; SILVA; SOUSA; BARBOSA, 2020; VIEIRA; SANTOS, 2012), esforço com o qual também pretendemos vir somando (THEIS, 2019; THEIS; BUTZKE, 2019; THEIS; BUTZKE; MANTOVANELI JR., 2021). Aqui, o propósito é reexaminar o desenvolvimento regional no Brasil a partir da formação de seu território, com base em um diálogo com intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro e procurando-se incorporar a perspectiva dos vencidos.

As perguntas de que se parte para examinar o tema são as seguintes: Quais variáveis podem explicar as diversas regionalizações que ocorreram ao longo do processo de formação territorial do Brasil? Há nexos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil? O que explica a natureza da inserção do Brasil no sistema-mundo, ou seja, de sua condição de formação social semiperiférica?

Para responder a essas questões perseguiram-se os seguintes objetivos: proceder a uma releitura da formação territorial do Brasil, apoiada em intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro, com vistas à identificação das variáveis que podem explicar as suas regionalizações; buscar nexos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil; e reunir evidências que permitam explicar a inserção (econômica, política, cultural, etc.) do Brasil no moderno sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974), isto é, sua condição de formação social semiperiférica.

Os procedimentos metodológicos adotados na execução da pesquisa que deu origem a este artigo incluíram um método de abordagem, métodos de procedimento, técnicas de pesquisas, a definição do universo de pesquisa e procedimentos de análise e interpretação.

Quanto à abordagem, partiu-se do suposto de que as desigualdades no território correspondem, com a dinâmica excludente própria, ao capitalismo periférico brasileiro e com a atuação dos agentes e instituições envolvidos com políticas territoriais. A tentativa de compreender esse processo apoiou-se na perspectiva dialética, que permite examinar relações entre espaço e tempo, entre o local e o global, entre a parte e o todo, entre o particular e o universal (HARVEY, 2004, p. 30-31), privilegiando enfoques baseados na contradição e na produção de sínteses. Essa abordagem é a mais adequada para a produção de respostas teoricamente significativas e socialmente mais relevantes (KOPNIN, 1978; RITSERT, 1997; SUCUPIRA FILHO, 1981).

Quanto aos métodos de procedimentos, a pesquisa foi executada com o recurso aos métodos comparativo, estatístico e histórico. O método comparativo foi em vista da necessidade de cotejar no espaço e no tempo o processo de desenvolvimento desigual, os conflitos sociais e a formação do território. Empregou-se o método estatístico na medida em que propiciou o uso de dados quantitativos que expressam objetivamente as desigualdades identificadas no território.

Finalmente, o método histórico⁴, para identificar as variáveis (por exemplo, os conflitos sociais) que produziram alterações mais significativas na formação do território brasileiro e concorreram para o avanço das desigualdades no país.

Quanto às técnicas de pesquisa, recorreu-se à chamada documentação indireta, que abrange a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e o levantamento estatístico. A pesquisa documental propiciou acesso a planos, relatórios oficiais e outros registros relevantes, gerados pelos agentes e instituições envolvidos com as políticas territoriais adotadas no Brasil. A pesquisa bibliográfica complementou a pesquisa documental na medida em que atualizou os diversos argumentos sobre a problemática do desenvolvimento regional numa formação social semiperiférica – tanto quanto possível –, da perspectiva dos movimentos de resistência, isto é, dos vencidos e derrotados⁵ no processo de formação territorial. O levantamento estatístico permitiu obter, por meio de dados quantitativos, um quadro aproximado da formação do território, em que puderam ser identificadas as desigualdades socioespaciais no Brasil.

Quanto ao universo da pesquisa, ele acabou incluindo agentes e instituições envolvidos com as políticas territoriais, que têm participado, ativamente, de sua formulação e/ou sido afetados por elas. São entes privados e públicos que têm exercido maior ou menor influência sobre o desenvolvimento regional do Brasil; de forma mais direta aqueles que têm interferido na formulação e execução de políticas que vêm conformando o padrão de acumulação e gerando exclusão social e disparidades inter-regionais – de forma menos direta os grupos sociais impactados por tais processos. Trata-se, pois, de entidades que representam as elites econômicas, os governos e seus órgãos nos diversos níveis, as entidades que representam os interesses da sociedade civil organizada, os grupos sociais mais fragilizados, etc.

Quanto, por fim, aos procedimentos de análise e interpretação, depois de levantadas as informações e disponibilizados os dados, passou-se a examinar as variáveis que ligam entre si o desenvolvimento regional desigual, a formação territorial, os conflitos sociais e a inserção internacional do Brasil à luz dos objetivos suprarreferidos.

Os resultados mostram que a configuração regional do Brasil, à qual se podem associar o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo de toda a sua formação, pode, também, ser explicada pela natureza da inserção do Brasil no chamado sistema-mundo, isto é, por sua condição de formação social semiperiférica. As consequências concretas desse fato são de que o desenvolvimento regional tem sido difundido como estratégia de homogeneização da qualidade de vida, emanada de centros desenvolvidos, o que parece incompatível com uma sociedade fundada em preceitos democráticos. Numa sociedade democrática, mesmo nos marcos dos modernos Estados nacionais, as comunidades regionais deveriam dispor de autonomia para definir os seus próprios projetos de organização econômica e social.

Com vistas ao cumprimento dos objetivos propostos, estruturou-se este artigo em seis seções principais. Em seguida a esta introdução, segue uma seção em que se faz uma

⁴ Amparado no que poderia ser chamado de “filosofia da história”, com base nas obras de Ernst Bloch (1973, 2005) e Walter Benjamin (1994); sobre este último, ver, também, Löwy (2005).

⁵ A referência é aos “corpos dos que estão prostrados no chão” que os “dominadores de hoje” vêm espezinhando e sobre os quais os vencedores do passado têm marchado em “cortejo triunfal” (BENJAMIN, 1994, p. 225). No Brasil, os vencidos e derrotados são os integrantes do *bloco social dos oprimidos* (THEIS, 2015), as mulheres e os homens que constituem o *povo brasileiro* (RIBEIRO, 2012).

aproximação conceitual inicial com o desenvolvimento regional. A terceira seção, um pouco mais longa, é dedicada à perspectiva do pensamento social brasileiro sobre a questão regional. A quarta seção ocupa-se das possíveis interações entre configuração regional, desigualdades e conflitos sociais. Na quinta seção examina-se a inserção do Brasil no moderno sistema-mundo. Por fim, a última seção é destinada às considerações finais, seguida das referências bibliográficas consultadas.

SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desenvolvimento regional é uma expressão que aponta para o desenvolvimento de uma região. O que, todavia, é região? O que é desenvolvimento? As respostas a estas questões incitam a buscar apoio, sobretudo, mas não exclusivamente, na geografia e na economia.

Quanto ao primeiro destes “conceitos”, Milton Santos constatava, em 1985, que se argumentava, “com grande insistência, que a antiga noção de região não pode resistir às configurações atuais da economia, governada, nos diversos países, por uma internacionalização do capital que abarca novas formas. Houve um momento em que a região era considerada como a categoria *par excellence* do estudo espacial” (2008, p. 87). Ele acrescentaria que, “apesar da precedência de uma lógica maior, a da formação social nacional como um todo sobre o fenômeno regional, este parecia dotado de uma certa autonomia” (p. 87). Como, todavia, entender a região ante essas circunstâncias? Uma pista era reconstituir essa fração da realidade concreta a partir de um conjunto de variáveis que perfazem sua estrutura interna por exemplo, “a população e seus ritmos e classes, as atividades e seus ritmos, as instituições, a base territorial (e fundiária), as estruturas do capital e do trabalho utilizadas, os processos de comercialização, os ritmos da circulação interna e para fora, etc.” (SANTOS, 2008, p. 96). Se se tomar uma formação social nacional concreta (como o Brasil), poder-se-á notar que “a articulação entre [essas] diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial” (SANTOS, 2008, p. 96).

Pode-se considerar, para os propósitos aqui em vista, que região é um espaço geográfico em geral delimitado a partir de um critério (socioeconômico, ambiental, político, cultural...) determinado. Embora viesse sendo utilizado para designar aglomerados de Estados nacionais (*vide* a Cepal), o conceito de região, oriundo da geografia, reporta à escala subnacional: trata-se de “um subespaço do espaço nacional total” (SANTOS, 2008, p. 90). Também nesta escala, no entanto, o espaço da região é produto de certa geopolítica. Regionalizar significa territorializar, produzir fronteiras no âmbito de uma formação social nacional. Região é um espaço geográfico, relativo e relacional, que se diferencia de outros espaços delimitados por um mesmo critério, portanto uma região que se distingue de outras regiões.

Com referência a desenvolvimento, este é um termo que envolve controvérsia maior. Basta lembrar os adjetivos que lhe foram associados para lhe conferir um significado mais preciso. O ponto de partida aqui é a economia heterodoxa de Celso Furtado, sobretudo os seus estudos sobre o subdesenvolvimento (FURTADO, 1971, 1974). Uma aproximação inicial remete à biologia: um organismo vivo nasce, se desenvolve e morre – e a vida continua. Diferentemente da biologia, a “ciência econômica” convencional imprimiu um significado a desenvolvimento que o reduz a crescimento: assim, a atividade econômica é um subsistema que cresce (e deve

continuar crescendo) indefinidamente, mesmo que em um ecossistema mais amplo, limitado em termos materiais e energéticos. A percepção de desenvolvimento como um processo – de expansão ilimitada das forças produtivas – que envolve absorção de matéria-energia do entorno (GEORGESCU-ROEGEN, 1971) para produzir não valores de uso, mas mercadorias, para produzir não apenas mercadorias, mas relações sociais (que reproduzem um desenvolvimento orientado à produção de mercadorias), suscita um questionamento quanto ao seu sentido, aos valores nele implícitos.

Desenvolvimento regional, porém, não resulta apenas do aporte destes dois campos de conhecimento. Trata-se de um objeto de estudo multidisciplinar, porque referido a um processo de desenvolvimento (econômica, social, política e espacialmente) desigual – que não cabe em uma ou duas disciplinas do saber humano. Este funda-se em desigualdades previamente existentes (entre campo e cidade, pobres e ricos, resquícios de formações pré-capitalistas e o capitalismo...) e gera novas desigualdades (THEIS, 2019).

Cabe lembrar, aqui, que o propósito é examinar o desenvolvimento regional no Brasil, também recorrendo-se à história. Significaria isso, ademais do objetivo já explicitado, recontar fatos significativos para testar a hipótese de que no Brasil as desigualdades se mantêm em patamares elevados (FURTADO, 2001, p. 428) desde que os portugueses o ocuparam no início do século 16? De fato, não. Recorrer à história significa, antes, atentar para alguns fatos que, tendo apenas se insinuado num dado ponto do tempo, percorrem a sua linha para, em outro ponto, manifestar-se, mas, então, de uma forma mais explícita⁶. Logo, evocar a história, como aqui se pretende, sugere que “tudo o que [...] diz respeito [a nossa vida] está sempre em processo e, em consequência, não fica fechado nos limites de seu tempo ou da História em geral, exercendo sua influência, enquanto sinal de testemunho, num campo meta-histórico” (BLOCH, 1973, p. 7).

Por fim, o propósito é examinar o desenvolvimento regional no Brasil também recorrendo à geografia, ao passado colonial e à sua formação. Embora esteja-se ciente das limitações envolvidas na perseguição a este intento, uma ambição adicional é privilegiar um diálogo com intérpretes do pensamento social brasileiro, com especial atenção para as contribuições de Manoel Bomfim, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Celso Furtado e Darcy Ribeiro.

A QUESTÃO REGIONAL NA PERSPECTIVA DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

As variáveis que podem explicar as regionalizações do país, identificadas a partir de uma releitura da formação territorial do Brasil apoiada em intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro, tendem a ser de natureza histórico-cultural, política e econômica. O que, afinal, se pode depreender da consulta às obras consideradas clássicas dos autores citados?

Manoel Bomfim (nascido em Aracaju a 8 de agosto de 1868 e falecido no Rio de Janeiro em 1932) é autor de obra considerável sobre a formação do Brasil. Tomando-se, exemplificativamente, *O Brasil na América*, esboça aí um retrato fidedigno (e apaixonado) do Brasil desde

⁶ Pode-se, por exemplo, pensar nas perspectivas do Brasil, ou seja, “de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação” (FURTADO, 1992, p. 35).

antes da chegada dos portugueses até o século 19, com indicação detalhada, por exemplo, dos conflitos em relação a partes do território, da colônia à independência, envolvendo, entre outros, o “gentio”, os espanhóis, a Companhia de Jesus, os franceses, os ingleses e os holandeses (BOMFIM, 2013).

O que se constata nesta obra em termos da regionalização do território brasileiro é, portanto, a variável (geo)política. O momento da colônia é o da ocupação do que hoje é o Nordeste. A insurreição dos pernambucanos – deixados à sorte pela metrópole – contra os holandeses, não apenas sugere que o espaço disputado é o que importava das terras brasileiras de então, mas também que ela, a luta dos pernambucanos, forjou o patriotismo dos brasileiros significativamente antes da constituição formal da nacionalidade. Ainda ao longo dos três séculos de colônia, entretanto, o território seria expandido. Para isso, contribuiu o pioneiro paulista que se aventurava pelo interior, incorporando terras a oeste que, em tese, poderiam ser reivindicadas pela Espanha (BOMFIM, 2013).

Gilberto Freyre, mais conhecido, tem em *Casa grande & senzala* a sua obra de referência. Nela examina a influência da colonização portuguesa no Brasil, enfatizando as relações entre senhores e escravos. Os seus comentadores – por exemplo, Darcy Ribeiro (2011) – concordam que se trata de uma contribuição inestimável para a compreensão da formação do Brasil. O que importa, do ponto de vista da regionalização do país e das variáveis que a podem explicar na obra de Freyre (2006), é que se está novamente na presença do que atualmente é o Nordeste, mas agora de uma perspectiva sociológica. O encontro do colonizador português com o indígena e o escravo negro tem repercussões na formação da sociedade patriarcal que Gilberto Freyre põe em relevo, para tanto concentrando-se no largo espaço que vai de São Vicente a Pernambuco, mas, sobretudo, neste último. É, portanto, uma variável sociocultural com que o sociólogo de Apipucos realizou suas investigações.

Talvez seja importante acrescentar que Gilberto Freyre se debruçou sobre a “questão regional” no Brasil ainda em 1926, quando deu à luz seu *Manifesto Regionalista*. Aí defendera que “a preocupação máxima de todos deveria ser a de articulação inter-regional. Pois de regiões é que o Brasil [...] é feito, desde os seus primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepujaram regiões sociais” (FREYRE, 2010, p. 70). Além disso, insistiu: “o conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de estados, uns grandes outros pequenos, a se guerrearem economicamente como outras tantas Bulgárias, Sérvias e Montenegros” (*Idem*, 2010, p. 70). Por fim, considerou que “regionalmente deve ser estudada, sem sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem” (FREYRE, 2010, p. 71).

Caio Prado Junior (2000), também bastante conhecido, registrará, em obra histórica de reconhecida relevância, a ocupação portuguesa ao longo de parte considerável do litoral da então Colônia e – concentrada entre Bahia e Pernambuco – a atividade que inicialmente propiciaria maiores benefícios econômicos à Metrópole. Se é evidente a primazia do impulso econômico, cabe colocar em relevo que o historiador se vale, sem constrangimentos, da variável política para explicar a formação do Brasil. Em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* afirma:

o sentido da colonização brasileira [...] é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro [...] A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe [...] será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial (PRADO JR., 2000, p. 117, p. 127).

Em *História econômica do Brasil*, Caio Prado Junior (1981) enfatizaria, precisamente, essa condição de uma formação social que não se constitui para si, para a sua gente, mas para outras sociedades, organizando-se internamente o seu território e mobilizando os seus recursos para o atendimento a interesses externos:

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...] Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia *nacional*, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa (PRADO JR., 1981, p. 270).

Assim, do ponto de vista das relações inter-regionais, o território cedo será fragmentado em regiões que não se comunicam. Certo: as condições físicas não favoreciam uma ligação entre os povoados até o fim do período colonial. Os meios de transporte, convenientemente, entretanto, restringiram-se, até o século 19, à navegação. Neste último, aliás,

a via de cabotagem voltará a ser articulação geral única do território brasileiro, e retorna-se ao primitivo sistema do início da colonização: uma via marítima, espinha dorsal das comunicações do país, em que se vem articular as vias de penetração perpendiculares ao litoral, desligadas inteiramente umas das outras. Fragmenta-se assim novamente a estrutura territorial brasileira (PRADO JR., 2000, p. 270).

Ao longo de sua formação (e até hoje) foram se constituindo diversas importantes conexões do Brasil a partir de suas regiões com o mundo; vale dizer, com os “parceiros comerciais” interessados nas matérias-primas de que dispõe o seu território. Permaneceram precárias e pouco funcionais, contudo, as ligações internas, que articulariam as diversas regiões entre si, quando o faziam, então, para facultar o acesso a algum porto ou aeroporto, não para o benefício da gente, mas para o embarque de mercadorias de baixo valor em direção às formações sociais centrais.

Celso Furtado, importante economista paraibano que também dispensa apresentação, aporta contribuição significativa para a “questão regional” no Brasil. Sua preocupação com a “geografia” do desenvolvimento ele a registrou em inúmeras oportunidades. É em *Formação Econômica do Brasil*, contudo, que se identificam algumas das passagens mais notáveis sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Aliás, a “questão regional” no Brasil é, para Celso Furtado (1977), um problema que, desde a chegada dos portugueses, no início do século 16, diz respeito ao que hoje constitui o Nordeste. Nos primórdios da ocupação, fora essa a região que ofereceria espaço para a atividade que viabilizaria o projeto colonial lusitano.

Posteriormente, com a crise da economia açucareira, o Nordeste perderia relevância em favor das Minas Gerais em consequência da exploração e exportação de ouro. Em meados do século 18 o centro dinâmico da economia colonial já estava deslocado para uma vasta área entre as atuais Regiões Sudeste e Centro-Oeste; isso está evidenciado no fato de que “o decênio compreendido entre 1750 e 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, e a exportação [de ouro] se manteve então em torno de dois milhões de libras” (FURTADO, 1977, p. 78).

Neste ponto é preciso fazer referência à perspicácia de Furtado (1977) em apreender o processo de formação do território desde o movimento da atividade econômica nos diversos espaços particulares. Por exemplo, o quadro que esboça do que se apresentava no século 18:

Observada em conjunto, a economia brasileira se apresentava como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se operavam em torno de dois polos principais: as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro, se bem que de forma cada vez mais frouxa estava a pecuária nordestina. Articulada ao núcleo mineiro estava o *hinterland* pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Esses dois sistemas, por seu lado, ligavam-se frouxamente através do rio São Francisco, cuja pecuária se beneficiava da meia-distância a que se encontrava entre o Nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens. No Norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão-de-obra indígena [...] O Maranhão, se bem constituísse um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da periferia pecuária [...]. Os três principais centros econômicos – a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão – se interligavam, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso *hinterland* pecuário (FURTADO, 1977, p. 90).

Este quadro, com que caracterizou o movimento da economia do século 18 – e com o qual se passou a dispor de elementos para captar o processo de formação do território brasileiro e as diversas regionalizações que se sucederiam até o presente –, modificar-se-ia com a independência e, depois, com a entrada em cena da economia cafeeira e, sobretudo, da indústria. Celso Furtado dedicou-se, mais tarde, à compreensão dos seus condicionantes e (preocupado em intervir nessa realidade tão dinâmica) de todas as suas mais importantes implicações.

Darcy Ribeiro, tampouco um desconhecido, oferece contribuição mais relevante à “questão regional”, especialmente por intermédio de *O povo brasileiro*. Aí o antropólogo mineiro a aborda sob a ótica da participação das diferentes etnias que conformariam a sociedade brasileira:

historicamente [plasmaram-se] diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los, hoje, como sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros, etc. (RIBEIRO, 2012, p. 21).

Examinando os diversos grupos humanos, incorporados em diferentes momentos à sociedade brasileira, Darcy Ribeiro pode caracterizar as regiões que se iam constituindo e modificando o território.

Ele notaria que a pequena elite branca que governava a colônia primeiro e o Brasil independente depois, temia a população indígena e, sobretudo, a escrava negra. Em relação a esta última, o medo era de que ela pudesse se rebelar. Aliás, o medo da minoria branca em relação à população negra persiste até o presente. A velha ordem produtora de desigualda-

des, comandada pela pequena elite branca (*os vencedores do passado*), tem se valido, nesses séculos, primeiro no Nordeste açucareiro depois nas Minas Gerais, logo em seguida nos cafezais do Sudeste e, desde o século 20, nas fábricas espalhadas por todo o território, da força repressora para impedir que índios e negros se libertassem do racismo e da miséria. O povo brasileiro (*os vencidos e derrotados*), então, é o ponto de chegada, a utopia de uma gente que possa viver no território com base no respeito à diversidade das inúmeras culturas e da imensa riqueza de seu meio físico-natural (RIBEIRO, 2012).

Cumprir notar que, embora não adentrasse, propriamente, na análise das regionalizações, Darcy Ribeiro pode perceber, por um lado, que “a industrialização, enquanto gênero de vida que cria suas próprias paisagens humanas, plasmou ilhas fabris em suas regiões” (RIBEIRO, 2012, p. 21), e, por outro, ele pode perceber, também, que, contra a exploração e o desgaste da gente, tanto a que já vivia quanto a que – transplantada compulsoriamente – passou a viver nas diversas “regiões econômicas” (do açúcar, do ouro, do café, da indústria...), rebelaram-se mulheres e homens, desencadeando insurgências, levantando-se em resistências, constituindo insurreições que, em certos momentos, conflagraram a sociedade brasileira e ameaçaram a ordem constituída da pequena elite branca, assim moldando – pelo menos, temporariamente – regiões emancipatórias (RIBEIRO, 1972).

As não menos significativas contribuições de outros conhecidos intérpretes do pensamento social brasileiro para a compreensão das regionalizações brasileiras não poderão ser apreciadas aqui, de modo que a delimitação adotada ficou restrita ao que Manoel Bomfim, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Celso Furtado e Darcy Ribeiro aportaram ao tema. O que daí se pôde inferir é que as variáveis mais relevantes que explicam as regionalizações do país são de caráter histórico-cultural e, sobretudo, político e econômico.

CONFIGURAÇÃO REGIONAL, DESIGUALDADES E CONFLITOS SOCIAIS

Como, agora, se relacionam a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil? Antes de se apresentar evidências para uma resposta plausível, cabem breves considerações preliminares. Por *configuração regional* entende-se o ordenamento do território nacional e o reconhecimento de espaços subnacionais que, embora conectados entre si, tendem a desfrutar de relativa autonomia. Tais espaços não correspondem a instâncias político-administrativas, não sendo governados, portanto, como municípios ou Estados-membros da federação. Por *desigualdades* entendem-se as diferenças que se identificam entre indivíduos e grupos de indivíduos que são dadas não pela natureza, mas produzidas no processo social em decorrência de conflitos em torno de recursos culturais (tradições, costumes...), políticos (direitos de voto, autonomia...) e materiais (econômicos, por exemplo, propriedade da terra, rendimentos...). Por *conflitos sociais* entendem-se as disputas por recursos culturais, políticos e materiais entre indivíduos e grupos de indivíduos.

Como se viu anteriormente, o território brasileiro configura-se, desde a chegada dos portugueses, como espaço de produção de “gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais” destinados “aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América”. Esse espaço não existiu nem existe hoje primordialmente para a fruição dos nativos, e sua produção não se tem realizado com o propósito de satisfazer as necessidades de

sua população. Ele se tem constituído ante interesses que se localizam fora de suas fronteiras (PRADO JR., 1981, p. 270).

A região que inicialmente é integrada à economia-mundo, que se forma no século 16, é aquela que hoje se conhece por Nordeste. Uma primeira regionalização, portanto, toma o espaço em torno de Pernambuco como o terreno no qual se concentrariam os recursos para a produção açucareira. Não havia uma atenção maior para com o que se passava ao sul da Bahia. Não obstante, tanto São Vicente quanto Rio de Janeiro integravam o território da Colônia e, com a perda do dinamismo econômico do Nordeste perante a concorrência do açúcar das Antilhas, tornar-se-iam geoeconômica e geopoliticamente mais importantes. Como se sabe, entretanto, com o declínio da economia açucareira o Nordeste, enquanto região integrada à economia-mundo então emergente, também perderia sua condição de espaço de produção de riquezas – e, em consequência, de significação política. A entrada em cena do ouro (e dos diamantes) das Minas Gerais leva a que este “novo” espaço da Colônia passe a ter primazia na geração de riquezas – e ganhar, como resultado, uma correspondente relevância política. O esgotamento desta fonte de riquezas – que coincidirá com a ascensão da Colônia à condição de sede da Monarquia – converterá o Rio de Janeiro, que já era capital desde 1763, em espaço onde se concentrarão as decisões econômicas e políticas mais importantes. Embora, porém, o Rio de Janeiro permanecesse a capital do Brasil independente até 1961, entre fins do século 19 e início do 20 São Paulo passaria a sediar as principais atividades econômicas do país, do café à indústria. Ou seja, o atual Sudeste brasileiro será a região economicamente mais dinâmica (FURTADO, 1977).

Não há como dissociar as regionalizações, em geral – e o caso específico da brasileira se ajusta à norma –, da dinâmica socioeconômica. Ao longo da formação do território se conformaram regiões pelos movimentos de ocupação e oportunidades de geração de riquezas. Um traço que caracteriza as regiões brasileiras é que elas pouco se conectavam umas com as outras, ligando-se, fundamentalmente, às atividades produtivas que abrigavam com os centros de consumo (Europa, EEUU...).

Assim também continuariam sendo formuladas as regionalizações do século 20. Estas, contudo, tem no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1934, o seu principal promotor. O que se conhece desde 1942, ano em que se anuncia a primeira divisão regional do Brasil, é um louvável esforço que acrescentará, ainda, novas regionalizações, publicadas, respectivamente, nos anos de 1970 e 1990 (CONTEL, 2014). Desde 2017 tem-se uma “nova” divisão regional, também emanada do IBGE, que passa a distinguir “Regiões Geográficas Imediatas” de “Regiões Geográficas Intermediárias” (IBGE, 2017).

A partir do reconhecimento de uma divisão regional se pode, então, constatar desigualdades de vários tipos, como anteriormente assinalado. Ou seja, as desigualdades podem ser traduzidas em termos de disparidades inter-regionais. A questão das desigualdades entre as regiões, não importando que regionalização se considere, remete à identificação dos espaços nos quais se concentram as atividades econômicas mais dinâmicas, as decisões políticas mais relevantes, etc. No caso do Brasil, é indiscutível que São Paulo enquanto Unidade da Federação e o Sudeste enquanto Macrorregião, sejam os polos de maior dinamismo econômico e relevância política do país. Em contrapartida, as Macrorregiões nas quais as forças produtivas estão menos desenvolvidas – Norte, Nordeste e, ainda, Centro-Oeste – tendem a participar da vida econômica, política e mesmo cultural com recursos bem mais limitados.

Um quadro mais preciso revela um Brasil de dimensões continentais. Sua população alcançou 190,7 milhões de habitantes em 2010 (IBGE, 2010a) – 213,2 milhões de habitantes em junho de 2021 – que se distribuem por mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de área (IBGE, 2002). Essa população, no entanto, espalha-se desigualmente pelas cinco grandes macrorregiões do país. A Região Sudeste concentrava, nos anos 2000, mais de 42% da população brasileira – assim como já acontecia no início dos anos 1990. As regiões com menores populações relativas, Centro-Oeste e Norte, foram as que tiveram maior incremento demográfico entre o início dos anos 1990 e fins dos anos 2010 em comparação com as demais. Apesar disso, a densidade demográfica nessas regiões permanece bastante baixa. Isso deve-se a que ao Norte cabe a maior área (mais de 45%) e ao Centro-Oeste a segunda maior. Em comparação, a população do Sudeste, a maior do país, vive na segunda menor área (menos de 11%); assim, a esta última corresponde uma densidade bastante alta em comparação com as demais regiões.

As diferenças referidas refletem desigualdades socioeconômicas existentes *entre* as regiões – embora também se manifestem no seu *interior*. Em relação à distribuição geográfica da riqueza produzida no Brasil, no início dos anos 1990 o Sudeste era responsável pela geração de mais de 58% do Produto Interno Bruto, e o Sul por mais de 17%. Em ambos se concentravam mais de $\frac{3}{4}$ da riqueza produzida no país. Ao longo dos últimos dois decênios houve pequena variação em favor das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A essas macrorregiões, que compreendem mais de 82% do território, e onde vivem mais de 43% da população, no entanto, cabiam, em fins dos anos 2010, pouco mais de $\frac{1}{4}$ do PIB brasileiro. É indiscutível, pois, que a capacidade de gerar riquezas ainda está fortemente concentrada no Sudeste brasileiro (IBGE, 2010b).

Ao longo da formação territorial do Brasil tem se verificado conflitos (a disputa entre indivíduos e grupos de indivíduos em torno de recursos culturais, políticos e materiais...) que assinalam a pré-existência de desigualdades e que ganharam óbvia expressão geográfica. Uma questão pouco examinada nesta perspectiva diz respeito aos principais movimentos de resistência e à identificação dos *vencidos*, mas não é aqui que ela será tratada com o detalhe devido.

Qual é o ponto? A hipótese, que não é original, é que conflitos são desencadeados contra uma ordem fundada na existência de desigualdades. Ao longo da formação do Brasil, desde os primeiros anos de sua condição de Colônia até os dias presentes, as desigualdades são um traço a caracterizar uma sociedade inflexível, acomodada e imutável ante as gritantes diferenças a separarem um pequeno punhado de privilegiados – a pequena elite econômica-política branca – da grande massa de desprovidos de quaisquer recursos (culturais, políticos e materiais...). Ao longo da formação do Brasil, entretanto, a grande massa humana procurou organizar-se e resistir nas “regiões econômicas”, onde sofria as agruras da carência e da opressão.

Tomando-se o período colonial, existe abundante evidência acerca da resistência dos indígenas. Quanto aos negros, o primeiro quilombo conhecido teria surgido já em 1575, na Bahia. O mais famoso, de Palmares, localizado no atual Estado de Alagoas, cuja duração presumida é de fins do século 16 a início do século 18, reuniu entre 20 mil e 30 mil fugidos da escravidão. Muitas outras formas de resistência acabaram sendo organizadas contra o governante português antes da independência. Depois desta, outros conflitos eclodiram, ameaçando a unidade do território do país recém-emancipado. Registre-se, a propósito, que “a

mais séria de todas as revoltas de negros ocorridas na Bahia explodiu em 1835. Foi a *Rebelião dos Malês*, que teve o islamismo como arma de unidade ideológica dos forros e escravos, negros ou mulatos” (AQUINO *et al.*, 2015, p. 506). Como em casos anteriores, desigualdades no acesso a recursos (culturais, políticos e materiais...) impulsionariam movimentos de resistência em cada região deflagrada, com destaque, ainda, para a Revolução Farroupilha, a Cabanagem, a Sabinada e a Balaiada (WERNECK SODRÉ, 1986).

O avanço do capitalismo no Brasil, sobretudo com o café exercendo a função de maior relevo na obtenção de divisas, conduziria as relações de produção a um novo patamar. O assalariamento da força de trabalho teria como consequência a organização dos trabalhadores da cidade e do campo. Concessões seriam feitas nos anos de governo de Getúlio Vargas – a redução da jornada diária de trabalho para oito horas e a instituição da Carteira de Trabalho em 1932, o estabelecimento do salário-mínimo em 1936 e a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Daí em diante, porém, sindicatos e partidos políticos que representam interesses da classe que vive do trabalho passariam a canalizar a resistência, no meio urbano e na área rural, da grande massa de desprovidos de recursos (culturais, políticos e materiais...).

Os conflitos acirrar-se-iam com a ruptura do pacto populista no início dos anos 1960, desembocando na ditadura civil-militar de 1964-1984. O seu enfrentamento em bases republicanas tem esbarrado – assim mostram as evidências – na retirada compulsória de direitos de mulheres e homens desprovidos de recursos (culturais, políticos e materiais...) por intermédio da criminalização de seus movimentos de resistência e da imposição de limites à atuação de seus sindicatos e partidos políticos. Os fatos mais recentes (de 2015 em diante) ainda estão a exigir análise cuidadosa. De toda forma, parece evidente que se *apagam* os conflitos com o desconhecimento sumário do contendor mais frágil e, em decorrência, da legitimação das desigualdades, incluídas as disparidades inter-regionais e intrarregionais.

A INSERÇÃO DO BRASIL NO MODERNO SISTEMA-MUNDO

Com relação à inserção (econômica, política, cultural, etc.) do Brasil no sistema-mundo, que evidências existem de que se está diante de uma formação social semiperiférica? Se, de fato, trata-se de uma formação semiperiférica, como esta condição influi na configuração regional do Brasil? Como ela condiciona o ordenamento do território em escala subnacional?

Desde os primeiros estudos da Cepal tem-se distinguido economias centrais de economias periféricas. Em geral, são consideradas centrais aquelas nas quais as decisões econômicas mais relevantes estão devidamente internalizadas. Contam-se aí os EEUU, a Inglaterra, a França, a Alemanha e o Japão – para citar apenas algumas delas. Já periféricas são as economias cuja autonomia decisória é reduzida, quando não inexistente. Contam-se aí quase todas as economias africanas, asiáticas e latino-americanas de baixo Produto Interno Bruto – PIB – *per capita* e baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A análise do sistema-mundo [*world-system analysis*] (WALLERSTEIN, 1974; MARIUTTI, 2004) introduziu uma terceira categoria intermediária entre as duas mencionadas: *economias semiperiféricas*. De uma perspectiva relativa, estas últimas ocupam um espectro considerável na escala que tem a periferia num extremo e o centro no outro (DOMINGUES, 2012; LIMA, 2007; LOURENÇO, 2005). Assim, a aplicação do conceito de semiperiferia para o caso brasileiro parece adequada, inclusive da perspectiva de análise do sistema-mundo.

Historicamente, a modalidade de inserção (econômica, política, cultural, etc.) do Brasil no sistema-mundo sugere passividade. Ou seja, desde os tempos do Brasil-Colônia, como ilustrou com dados inquestionáveis Caio Prado Junior, o “encaixe” no sistema mundial se dava como reflexo de impulso exógeno. A independência política, no início do século 19, nada alteraria quanto à modalidade do encaixe. O Brasil permanecia existindo em razão de interesses outros que os definidos por sua própria população. Com a industrialização, no século 20, alguns governantes – sobretudo, Getúlio Vargas – ameaçaram romper essa tradição de encaixe subserviente e passivo do Brasil no sistema-mundo. A forma como se daria a industrialização (com predomínio de capital estrangeiro), todavia, propiciaria a perpetuação do subdesenvolvimento dependente e associado. O processo recente de financeirização da economia brasileira apenas acentuaria a tendência histórica de uma inserção subserviente e passiva na economia-mundo (PAULANI, 2008).

Se o que se afirmou permite inferir que se está diante de uma formação social semiperiférica, cabe ainda verificar como esta condição vem afetando a configuração regional do Brasil, ou seja, como o território vem sendo ordenado em escala subnacional a partir do encaixe subserviente e passivo no sistema-mundo. E aí também recupera-se o ponto relativo ao desenvolvimento regional – tema deste artigo. A questão, então, passa a ser: Como podem *desenvolver-se* regiões (a personificação de *região*, um ente inquestionavelmente inanimado, é um recurso a que aqui se recorre para conferir maior ênfase ao argumento) com a definição de suas estruturas produtivas e o cultivo de seus valores culturais, se o que, historicamente, tem contado para elas (as regiões, isto é, as comunidades regionais) ou para quem decide em nome delas é a “qualidade” de sua ligação com o exterior? Considerando-se, por exemplo, a ocupação do atual Nordeste brasileiro pelos portugueses no século 16, não terá sido precisamente este contato entre europeus e nativos que definiria o espaço de vida [*Lebensraum*] destes últimos? Não terá sido, acaso, sobre as terras dos nativos que os portugueses instituíram a mais pujante atividade racionalmente orientada para a produção de riquezas logo após a sua “chegada”? Parece não haver dúvida:

O êxito da grande empresa agrícola [isto é: a exploração da cana-de-açúcar em regime de grande propriedade] do século XVI – única na época – constituiu [...] a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas (FURTADO, 1977, p. 12).

Assim também ocorreu com outras regiões em outros momentos: elas foram sendo definidas ante motivações exógenas, reconhecidas não a partir do que suas comunidades estabeleceram para si, mas do que interesses externos determinaram para elas. Se, ao longo do século 20, as regiões brasileiras passaram a ligar-se umas com as outras, fato indiscutível e de considerável significação política, também parece correto reconhecer a injunção de interesses externos às comunidades regionais nas suas configurações. Vale dizer: o “encaixe” – ou: a sua modalidade – faz mais sentido às regiões do que a autodeterminação econômica, política e cultural das comunidades que elas abrigam. Não deve restar dúvidas, portanto, de que o Brasil é, quanto à sua inserção (econômica, política, cultural, etc.) no sistema-mundo, uma formação social semiperiférica. Esta condição é indissociável de sua configuração regional, isto é, da forma como o seu território é ordenado em escala subnacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema ao qual foi consagrado este artigo é o desenvolvimento regional no Brasil. O propósito era reexaminar, em diálogo com importantes intérpretes do pensamento social brasileiro e tendo a preocupação de incorporar a condição dos vencidos, o desenvolvimento regional no Brasil a partir da formação de seu território. Este objetivo seria logrado a partir da identificação de variáveis que explicam as regionalizações que tiveram lugar no Brasil; da constatação de nexos significativos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil; e da indicação de evidências que revelam a natureza passiva da inserção (econômica, política, cultural, etc.) do Brasil no moderno sistema-mundo, de sua condição de formação social semiperiférica.

Os resultados apresentados e analisados nas seções precedentes mostram que a configuração regional do Brasil, indissociável do acúmulo de desigualdades e da ocorrência de conflitos sociais, ao longo de toda a sua formação e até a entrada da terceira década do século 21, pode ser explicada pela inserção subordinada do Brasil no moderno sistema-mundo capitalista. É certo, por um lado, que a condição de formação social semiperiférica do Brasil não resulta de uma determinação unilinear; por outro, contudo, não é menos certo que o processo histórico de formação do Brasil enquanto Estado-nação vem sendo interrompido, desde o século 19 até o presente, por forças que, tanto interna quanto externamente, se beneficiam da “situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa”, referida por Caio Prado Jr. (1981, p. 270). Este dado, simultaneamente teórico e histórico, tem como importante implicação que o desenvolvimento regional no Brasil vem sendo disseminado como artifício de homogeneização de certa “qualidade de vida”, cuja origem está nos centros desenvolvidos do capitalismo mundial. É, por assim dizer, reflexo de uma absorção passiva de valores econômicos, políticos e culturais que correspondem a formações sociais bastante distintas.

Talvez tenha chegado o tempo de abandonar o desenvolvimento regional como estratégia que, baseada na mobilização do capital e do Estado, tem despertado tão grandes expectativas, mas entregado tão decepcionantes resultados. O desafio, então, parece residir tanto no rompimento com essa estratégia quanto na construção de autonomia por parte das comunidades regionais (mesmo no âmbito dos modernos Estados nacionais) para que definam, elas próprias, os seus projetos de organização econômica e social. Talvez tenha chegado o tempo de mulheres e homens, com base em autêntica autonomia (DINERSTEIN, 2015), refundarem, material e espiritualmente, sua vida, condição importante para uma convivência mais respeitosa entre os seres humanos e destes com a natureza, assim como mais um passo para a concretização de sua utopia concreta (BLOCH, 2005).

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, S. L. *et al.* Controle social do desenvolvimento regional na região do Corede Missões (RS) na perspectiva dos agentes públicos e atores sociais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, n. 14, v. 2, p. 38-69, 2018.

AQUINO, R. S. L. *de et al.* *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

- ARAÚJO, T. B. Brasil: desafios de uma política nacional de desenvolvimento regional contemporânea. In: DINIZ, C. C. (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e Brasil*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007. p. 155-172.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política* (v. 1). Trad. S. P. Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.
- BLOCH, E. *Thomas Münzer: teólogo da revolução*. Trad. V. Chacon; C. A. Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- BLOCH, E. *O princípio esperança I*. Trad. N. Schneider. Rio de Janeiro: Ed. Uerj; Contraponto, 2005.
- BOMFIM, M. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.
- CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). *Terra Brasilis* (nova série), n. 3, p. 1-20, 2014.
- CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, n. 15, v. 7, p. 3-15, 2019.
- DINERSTEIN, A. C. *The politics of autonomy in Latin America: the art of organising hope*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.
- DOMINGUES, J. M. *Desarrollo, periferia e semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global*. Buenos Aires: Clacso, 2012. (Colección sur-sur).
- ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, n. 1, v. 1, p. 85-94, 2013.
- FERRERA DE LIMA, J. As disparidades regionais na fronteira sul do Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, n. 15, v. 5, p. 128-137, 2019.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, G. Sobre o “manifesto regionalista” de 1926. In: COHN, S. *Gilberto Freire*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2010. p. 62-97. (Col. encontros).
- FURTADO, C. *Development and underdevelopment*. Berkeley: University of California Press, 1971.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. Quando o futuro chegar. In: SACHS, I.; WILHELM, J.; PINHEIRO, P. S. (org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 418-429.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press, 1971.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. Trad. A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Resolução nº 05, de 10 de outubro de 2002*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao.shtm>. Acesso em: 13 mar. 2011).
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766&id_pagina=1. Acesso em: 13 mar. 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de contas nacionais, Brasil, 2004-2008*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/publicacao2004_2008.pdf. Acesso em: 13 mar. 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão regional do Brasil* (em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.
- KOPNIN, P. V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LIMA, P. G. C. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. *Textos de Economia*, n. 10, v. 2, p. 58-85, 2007.
- LOURENÇO, A. L. C. Semiperiferia: uma hipótese em discussão. *Economia e Sociedade*, n. 14, v. 1, p. 177-186, 2005.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio* (uma leitura das teses “sobre o conceito de história”). Trad. W. N. Caldeira Brant. Trad. das teses J. M. Gagnebin; M. L. Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

- MACEDO, F. C.; COELHO, V. L. P. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e os fundos constitucionais de financiamento. *Redes*, n. 20, v. 3, p. 464-486, 2015.
- MARIUTTI, E. B. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 69, p. 89-103, 2004.
- MONTEIRO NETO, A.; BRANDÃO, C. A.; CASTRO, C. N. Desenvolvimento regional brasileiro: dilemas e perspectivas neste início de século XXI. In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Brasília: Ipea, p. 429-469, 2017.
- PAULANI, L. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- RANDOLPH, R. Arenas de formulação de políticas regionais: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, n. 3, v. 1, p. 5-26, 2015.
- RANDOLPH, R. Espaço de vida, espaço econômico e as contradições do desenvolvimento regional. *Novos Cadernos Naea*, n. 21, v. 2, p. 57-77, 2018.
- RIBEIRO, D. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- RIBEIRO, D. Gilberto Freyre: uma introdução à Casa Grande & Senzala. In: RIBEIRO, D. *Gentildades*. Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 9-86.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- RITSERT, J. *Kleines Lehrbuch der Dialektik*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1997.
- RODRIGUES, W. Capital social e desenvolvimento regional no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, n. 14, v. 1, p. 43-60, 2018.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SILVA, J. I. A. O.; SOUSA, C. M.; BARBOSA, J. L. A. “Zika vírus” e desenvolvimento regional: linhas preliminares de análise. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, n. 8, v. 1, p. 27-54, 2020.
- SUCUPIRA FILHO, E. *Introdução ao pensamento dialético*. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1981.
- THEIS, I. M. Territórios contestados e desenvolvimento desigual: perspectivas e desafios para a América Latina. In: CECCHETTI, E.; OLIVEIRA, L. B. (org.). *Territórios e desenvolvimentos contestados: diálogos, resistências e alternativas*. Blumenau: Edifurb, 2015. p. 33-60.
- THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. *Redes*, n. 24, v. 3, p. 334-360, 2019.
- THEIS, I. M.; BUTZKE, L. Desarrollo regional desigual e inserción internacional subordinada: el caso de Brasil. *DAAPGE*, n. 33, p. 31-50, 2019.
- THEIS, I. M.; BUTZKE, L.; MANTOVANELI JR., O. Desenvolvimento regional, desigualdades socioeconômicas e inserção no sistema-mundo: o caso do Brasil. In: FILOCREÃO, A. S. M.; PIZZIO, A.; THEIS, I. M. (org.). *Intenções de desenvolvimento em espacialidades desiguais*. Palmas: EDUFT, 2021. p. 13-26.
- VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, n. 8, v. 2, p. 344-369, 2012.
- WALLERSTEIN, I. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.
- WERNECK SODRÉ, N. *As razões da independência*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0